



A CLASSIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA POR ASSUNTO EM DOCUMENTOS FOTOGRÁFICOS: O EXEMPLO DO ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL¹

André Porto Ancona Lopez

Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo, Brasil.

Professor da Universidade de Brasília, Brasil.

E-mail: apalopez@gmail.com

Pedro Davi Silva Carvalho

Bacharel em Arquivologia pela Universidade de Brasília, Brasil.

E-mail: carvalhopds@gmail.com

Resumo

O artigo analisa alguns efeitos da aplicação de instrumentos de classificação que se baseiam em temas/assuntos gerais como critério principal para representação orgânica de documentos fotográficos arquivísticos. O estudo apresenta, como exemplo, a situação encontrada no acervo fotográfico do Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF). Percebemos que a aplicação de modelos temáticos de classificação nos documentos fotográficos agravou problemas anteriores de contextualização arquivística ao tornar impossível a identificação, sem dubiedade, das funções administrativas originais, responsáveis pela produção daqueles registros imagéticos. A discussão coloca em pauta a necessidade de que o tratamento técnico dado aos documentos fotográficos de arquivo não se distancie dos princípios arquivísticos que devem ser aplicados aos documentos de natureza textual. Questiona-se ainda a pertinência do uso de tabelas classificadoras de natureza temática, já que nem sempre o assunto registrado guarda relação direta com as funções arquivísticas do documento. No caso dos registros fotográficos, muitas vezes, a atribuição de um assunto, escolhido a partir de uma listagem pré-definida, acaba por ocasionar um completo desvio do significado original do documento, como ficou evidente no ArPDF.

Palavras-chave: Documentos fotográficos de arquivo. Fotografia. Organicidade. Classificação Arquivística. Administração Pública. Arquivo Público do Distrito Federal.

CLASSIFICATION INSTRUMENTS AS THE MAIN CRITERIA TO ORGANICALLY REPRESENT PHOTOGRAPHIC ARCHIVAL DOCUMENTS: THE EXAMPLE OF FEDERAL DISTRICT PUBLIC ARCHIVE

Abstract

The article analyzes the effects of the application of subject based classification instruments as the main criteria to organically represent photographic archival documents. The essay presents, as an example, the situation viewed on photographic holdings of Federal District Public Archive (ArPDF), in Brasília, Brazil. It was noted that the application of thematic classification models on photographic documents

¹ Artigo resultante de projeto de iniciação científica, integrante do Programa de Iniciação Científica da Universidade de Brasília, desenvolvido, de modo voluntário, entre 01/08/2010 e 31/07/2011. A pesquisa contou com a colaboração, em algum momento, de Nivaldo José do Nascimento, Antonia Salvador Benitez; Cleila Barbosa Pereira, Laila Figueiredo Di Pietro e Marcelo Gomes Durães a quem agradecemos. O trabalho também é fruto das atividades de pesquisa de produtividade CNPq, processo 314005/2009-9.

had worsen previous archival contextual problems by making impossible a non ambiguous identification of original administrative functions, that were responsible by the production of those image records. The discussion stands that the technical treatment given to photographic documents cannot distances itself from the archival principles, which also must be applied to textual documents, The usage of thematic classification tables has its pertinence questioned, since not always the registered subject has a direct relation with the document archival functions. In the case of photographic records, the assignment of a subject, chose from a pre defined list, causes a complete divergence of document's original sense, as it was evidenced on the ArPDF.

Keywords: *Photographic archival documents. Photography. Archival bonds. Archival classification. Public administration. Federal District Public Archive (Brasília, Brazil).*

1 INTRODUÇÃO

Os documentos fotográficos de arquivo não precisariam ter tratamento diferenciado no que tange à gestão, isto é, deveriam ser submetidos normalmente aos processos de classificação, avaliação, descrição; diferenciando-se em relação aos documentos convencionais apenas quanto às práticas de preservação. Como a imagem fotográfica tem grande poder representativo e carrega consigo um alto potencial estético, que pode influenciar subjetivamente o profissional de arquivo responsável pelo tratamento técnico, é recomendável cautela quanto à utilização do conteúdo imagético. No tratamento arquivístico, a compreensão dos documentos, quaisquer que sejam as técnicas, suportes ou gêneros, deve dar-se pelas funções administrativas e arquivísticas. A designação de temas ou assuntos genéricos pouco serve para estabelecer as relações orgânicas dos documentos fotográficos com seus produtores e atividades geradoras, nas atividades de gestão documental.

O conceito legal de gestão valoriza a questão da temporalidade em detrimento da manutenção da organicidade dos documentos². Pela Lei, as “operações técnicas” necessárias à “produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento” são pautadas pela destinação final. O conceito “legal”, no entanto, diverge do entendimento teórico do papel a ser desempenhado pela classificação. A compreensão do papel “matricial” da classificação³ coloca essa atividade como direcionadora de todos os demais procedimentos arquivísticos, inclusive a avaliação; isto é, sem classificação não é possível fazer avaliação, já que esta depende daquela. Por tal acepção, sem a classificação não se pode determinar o que será eliminado ou recolhido permanentemente.

Mesmo se, genericamente, a classificação pode ser inserida no rol das “operações técnicas”, o conceito de gestão de documentos surgiu não apenas para separar os documentos permanentes dos elimináveis, mas principalmente para melhor operacionalizar o acesso e o uso dos documentos. Schellenberg não propôs separar os documentos de acordo com a frequência de uso e potencial para pesquisa por questões de preservação, porém pela necessidade prática de “incrementar a eficiência governamental” (SCHELLENBERG, 2006, p. 30).

A classificação é uma função arquivística básica, da qual as outras dependem para serem efetivas e eficazes. Assim, uma classificação inconsistente compromete as demais funções arquivísticas. Ao classificar um documento é necessário vinculá-lo ao seu contexto de

² Ver Lei 8159/91, Art 3º: “Considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.” (BRASIL, 1991).

³ “[...] a função classificação é matricial, isto é, a partir dela que as outras funções/intervenções ganham corpo, consolidam-se, configuram-se [...] é a função classificação que dá sentido e que preserva o caráter orgânico do conjunto, espinha dorsal de todo o conhecimento arquivístico” (SOUZA, 2003, p.241).

criação, para que não haja perda de sentido e/ou de capacidade de refletir a atividade que o gerou, mesmo que o documento esteja fisicamente separado do restante de seu conjunto. Tais vínculos lógicos identificam a razão original dos documentos e manifestam-se por diferentes sistemas de representação, que, em geral abrangem três características: estrutura, assunto e função, concomitantemente ou separadamente⁴.

Um sistema de classificação efetivo e eficaz pressupõe um estudo prévio de diplomática e tipologia documental, que poderá, eventualmente, valer-se de elementos híbridos. É importante estudar a estrutura para determinar as funções exercidas por cada órgão. A análise das funções auxilia a identificação de processos e atividades, os quais se relacionam a espécies documentais específicas. A contextualização de cada espécie, por sua vez, é o que permite que os registros sirvam de prova da ocorrência das atividades que os geraram, bem como do trâmite percorrido. Tal aspecto é crucial no caso de arquivos públicos, já que lá os documentos probatórios têm, supostamente, fé pública.

O desenvolvimento das tecnologias de comunicação resultou em um progressivo aumento das formas de produção, uso e registro da informação ao longo dos anos, dificultando a separação dos documentos a partir das diferentes fases do ciclo vital. Muitas vezes torna-se ambígua a compreensão das relações que os documentos guardaram com a instituição produtora, comprometendo a utilização deles tanto como provas do desenvolvimento de atividades administrativas, quanto como insumo para pesquisas. O modelo proposto por Schellenberg para satisfazer as necessidades gerenciais dos “arquivos modernos” tem sua eficácia historicamente relacionada ao momento de sua proposição, a despeito de continuar sendo aplicável em diversas situações atuais. O conceito legal brasileiro, reflexo de tais idéias, revela-se, atualmente, limitado quanto às demandas da gestão contemporânea de documentos. A ausência de referências explícitas à classificação na lei denota a desatualização da principal regulamentação arquivística nacional, e tem importantes consequências para gestão de documentos. No universo dos documentos fotográficos o quadro é agravado pela escassez de estudos focados em fundamentos teóricos da Arquivologia⁵.

O avanço tecnológico recente incidiu na democratização da produção fotográfica e na sua popularização científica e administrativa. É cada vez mais comum, tanto na administração pública quanto privada, a presença de registros fotográficos organicamente ligados às organizações, isto é, resultantes de atividades formais desempenhadas. Lopez (2000, p. 158) anota que a ampliação do uso administrativo de imagens nas organizações cresceu em um ritmo mais intenso do que a elaboração de procedimentos técnicos para sua gestão. Lacerda (2008, p. 100) indica que os documentos fotográficos de arquivo apresentam especificidades formais, que os diferenciam dos documentos convencionais, dificultando o tratamento técnico. Não é possível esquematizar diplomaticamente os documentos fotográficos de modo a articular previamente as informações imagéticas com as atividades administrativas relacionadas. A impossibilidade de existência de tal modelo inviabiliza a classificação de tais documentos por quadros temáticos previamente elaborados e provoca sérios equívocos nas tentativas de organização de massas fotográficas acumuladas pautadas em instrumentos deste tipo⁶.

⁴ O detalhamento de tais modalidades foge ao escopo deste texto. Para uma discussão mais profunda da importância de classificações tipológicas, pautadas pelas funções ver Lopez (2011).

⁵ Termos como “árida” e “desértica” foram utilizados para representar a ausência desse tipo de estudos por Lacerda (2008, p. 20) e por Lopez (2009, p.271), respectivamente.

⁶ Nossa afirmação se restringe ao uso desses elementos para a classificação arquivística. Não nos referimos ao uso de tesouros e outras linguagens documentárias aplicadas à análise de conteúdos, posto que a classificação arquivística é uma atividade completamente distinta da análise documentária.

Quando o documento fotográfico é acumulado sem vínculos orgânicos (fato comum na administração pública brasileira) as tentativas de recontextualização apresentam um alto nível de dificuldade, e nem sempre são bem sucedidas. É comum nas instituições, nas quais se verifica o acúmulo indiscriminado de documentos, o uso da descrição por assuntos como paliativo para o tratamento do problema e não como atividade anterior às demais funções técnicas. No trabalho com documentos textuais típicos, as implicações da análise documentária é menos problemática, pois, algumas vezes, elementos de análise diplomática podem dar importantes pistas para a recontextualização (emissor, destinatário etc.). No caso dos documentos fotográficos, a adoção de tal expediente não é viável para a recontextualização, dada a ausência de elementos intrínsecos de informação contextual.

O Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF) é detentor de significativo conjunto fotográfico oriundo dos fundos Secretaria de Comunicação do Governo do Distrito Federal e da Novacap⁷. O próprio Arquivo é responsável pela gestão de tais documentos, em função de terem sido para lá transferidos antes da promulgação de normas que atribuem tal obrigação aos órgãos produtores, aspecto que justificou a escolha da instituição para análise empírica da eficácia do uso da classificação como instrumento de recontextualização arquivística de documentos fotográficos. O grande significado histórico já atribuído aos registros fotográficos da construção de Brasília motivou a escolha do fundo Novacap como objeto de análise das questões já apontadas aqui.

O plano de classificação definido pelo ArPDF para o fundo Novacap tem os assuntos como elementos definidores, com termos genéricos e não padronizados em cada nível da hierarquização. Por exemplo: dentro do nível “subseção” as classes são formadas ora por espécies documentais, ora por gêneros, ora por atividades, ora por termos pouco precisos, como “Polícia”. A classificação de documentos fotográficos situa-se no código “D.4.4.” (ver Quadro 1) correspondendo à “Seção Administrativa”, “Subseção Divulgação” e “Série Doc. Fotográficos”. Dentro dessa última há ainda outra subdivisão, não indicada na primeira tabela, dando um tratamento técnico diferenciado do restante do fundo.

Os documentos fotográficos são distribuídos de maneira mais complexa que os documentos convencionais, divididos em “subséries”; distribuem-se em outras subdivisões da classificação denominadas “grupos” e “maços”, conforme pode ser visto no Quadro 2. Além de observar que “maço” é um termo em desuso e completamente inadequado a documentos fotográficos, cabem críticas ao detalhamento do plano de classificação, que mescla termos de distintas naturezas, sem lograr construir categorias unívocas.

⁷ Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, empresa criada em 1956 para viabilizar e administrar todas as atividades concernentes à construção da cidade de Brasília.

Quadro 1 - Extrato do plano de classificação do fundo Novacap, com destaque aos documentos fotográficos

FUNDO NOVACAP			
SEÇÃO	SUBSEÇÃO	SÉRIE	SUBSÉRIE
A. Antecedentes	1. Missão Cruls	1. Doc. textual	
	2. Relatório Belcher	1. Doc. Cartográfica	Z. Sítios
			Y. Mapas Temáticos
		2. Doc. Fotogramétrica	
		3. Comissão Poli Coelho	
	4. Comissão de Localização Marechal Pessoa	1. Doc. Cartográfica	
	5. Plano Urbanístico 1930		
D. Administrativa	1. Processos	1. Livros de Protocolo	
		2. Imóveis (solicitação)	Z. Rural
			Y. Urbano
			X. Contrato
		3. Pessoal (DF)	
		4. Material (DF)	
		5. Correspondências Protocoladas	
	2. Correspondências	1. Códices / Dossiês	Y. Passagens aéreas
			Z. Gerais
		2. Relação de Malotes	
	3. Folha de Pagamento		
4. Divulgação	1. Recortes de Jornais	Y. Internacionais	
		Z. Nacionais	
	2. Publicações	Y. Guia de Assinante	
		Z. Periódicos	
	3. Dossiês Diversos (DF)		
	4. Doc. Fotográficos		
	5. Doc. Filmográficos		
	6. Doc. Sonoros		
	7. Correspondências		
	5. Dossiês Funcionais		
	6. Requisição de Material		
	7. Livros de Registro (Hotel)		
	8. Folha de Ponto / Inf. Funcionais		
	9. Escritura de Imóveis		
10. Polícia	1. Livros de Ocorrências		
	2. Boletins Internos		
	3. Livros de Óbitos		
	4. Termos de Fiança		
11. Inquéritos			
E. Técnica	1. Documentação Cartográfica	1. Distrito Federal e Areas Limitrofes	
		2. Vila Militar	
		3. Cidades Satélites	
	2. Relatórios Técnicos (DF)		
3. Diários / Cadernetas de Campo			
4. Projetos e Estudos			

Fonte: Extraído de ArPDF, 1992 (destaque feito pelos autores)

Quadro 2 - complemento do plano de classificação do ArPDF para os documentos fotográficos

GRUPOS	MAÇOS	
(A) Sítio Original	01- Paisagens 02- Fazendas	03- Cidades Próximas
(B) Sítio Modificado	01- Acampamentos Pioneiros 02- Monumentos 03- Esculturas e Marcos 04- Materiais de Construção (Fontes/Produção) 05- Órgãos Públicos 06- Abastecimento 07- Comércio/Serviços 08- Cultura/Diversões 09- Educação 10- Energia 11- Habitação 12- Saúde 13- Hotéis 14- Água/Esgoto	15- Comunicação 16- Terminais de Transporte 17- Rodovias/Ferrovias 18- Vias Urbanas 19- Plano Piloto (maquetes, mapas, perspectivas, plantas e memorial descritivo) 20- Construções (não identificadas) 21- Placas Diversas 22- Aerofotogrametria 23- Lago Paranoá 24- (vago) 25- Cemitério 26- Vistas Aéreas (não identificadas) 27- Cidades Satélites
(C) Pessoas	01- Novacap 02- Personalidades 03- Visitantes	04- Anônimas 05- Segurança
(D) Eventos	01- Exposições 02- Conferências/Entrevistas 03- Especiais	04- Diversos 05- Reproduções 06- Reuniões
(E) Outros		

Fonte: Extraído de ArPDF (1992)

Alguns problemas decorrentes da aplicação de tal esquema podem ser mais bem ilustrados com um exemplo prático:

Foto 1 - Construção da Catedral de Brasília (Título atribuído pelos autores)



Fonte: ArPDF, Fundo Novacap. Imagem de órgão público com livre reprodução para fins acadêmicos

O original desse documento chegou ao arquivo por transferência, porém com poucas informações a respeito de sua origem. Sabemos apenas que veio do setor da Novacap responsável pela divulgação à imprensa e que foi feita entre 1957 e 1960 (cf. ArPDF, 2009). Tais dados são insuficientes para vislumbrar qual seria o código de classificação mais adequado ao esquema do ArPDF, levando-nos a supor que estaria em D.4.4 (o único código que contempla documentos fotográficos), “grupo” B, e “maço” 1, 4, 7 ou 8 dependendo da interpretação. O fato é que tal classificação simplesmente elimina da organização as relações existentes entre o documento e seu órgão produtor. A alta polissemia da imagem fotográfica permite que, com maior ou menor grau de interpretação, o agente classificador codifique a imagem em diferentes “grupos” e “maços”, inviabilizando a eficácia da classificação feita somente com base nos assuntos. Um segundo aspecto derivado do caráter polissêmico seria o esfacelamento de dossiês fotográficos com mais de um assunto, em diversas unidades documentais⁸.

A atribuição de um assunto a uma imagem fotográfica, quando feita sem o conhecimento dos motivos de sua produção, provavelmente será embasado em critérios não padronizados, tais como órgão de custódia, objetos captados, pessoas retratadas⁹, com alta probabilidade de produzir um resultado questionável. Na maioria das vezes tais procedimentos limitam-se a descrever os elementos iconográficos¹⁰ mais evidentes na imagem, operação também sujeita a interpretações históricas e culturais distintas. No exemplo, a indicação de que se trata da construção da Catedral de Brasília não exige nenhuma inteligência arquivística. A inteligência arquivística relaciona-se com a capacidade de promover a identificação dos responsáveis pela produção do documento e seus motivos.

A primeira questão que vem à tona é saber se tal documento, realmente é resultado de uma atividade de divulgação da Novacap. Temos informações de que naquele período o domínio de técnicas de fotografia, bem como a posse do aparato tecnológico necessário, era consideravelmente restrito e caro. Tal aspecto pode explicar o fato de todas as fotografias estarem vinculadas ao setor de comunicação da Novacap pelo simples motivo deste ser, muito provavelmente, o único amparado com pessoal e equipamento para captação de imagens, não significando, necessariamente, que todas as imagens ali produzidas fossem relacionadas às atividades de divulgação.

Durante a observação direta de várias fotografias daquele fundo, nota-se que há muitos documentos fotográficos com um viés estético menos marcado, o que permite supor não terem sido elaborados com vistas à divulgação publicitária para o grande público, porém, voltados para o registro técnico das obras da futura nova capital. Apresentam riqueza de detalhes típicos de quem se interessa em observar, em um âmbito técnico-profissional, com destaque às qualidades arquitetônicas, cartográficas, topográficas e/ou relativas à engenharia dos objetos e obras fotografados. A ausência de dados contextuais, típicos da classificação apregoadada pelos princípios norteadores da Arquivologia, nos impede de ir além desta mera hipótese, de cunho altamente subjetivo. De qualquer modo, tais questões continuam a ser pertinentes para analisar a precisão da representação da organicidade daqueles documentos, feita por meio do plano de classificação temático do ArPDF.

⁸ Problemas advindos da classificação temática e a consequente perda de arquivia de documentos imagéticos estão detalhados em Lopez (2011), no caso observado no Arquivo de Negativos/SMCSP.

⁹ Nem sempre o órgão custodiador é o responsável pela produção e uso administrativo dos documentos fotográficos; muitas instituições concentram as atividades fotográficas em um único setor, por motivos de ordem financeira e técnica (como é o caso da Novacap). Por vezes um objeto/cena retratado relaciona-se a uma função que não está óbvia, como, por exemplo, fotos de parques e jardins da administração pública paulistana demandadas pelas atividades rotineiras do Departamento de Educação dos anos 1930. Cf. Lopez (2011).

¹⁰ Referimo-nos aqui à análise iconográfica, como operação destinada à identificação dos elementos visuais de uma imagem (cf. PANOFKY, 1991 p. 47-87).

Qualquer documento de arquivo tem algum nível de polissemia, porém o que questionamos é a pertinência do apelo ao conteúdo em detrimento do conhecimento dos motivos arquivísticos de geração e conservação dos documentos fotográficos. É parte das funções do profissional de arquivo garantir que não haja perda de contextualização, mantendo a arquivia do documento, independente do uso que se faça dele. A alta polissemia da imagem, somada à generalidade e imprecisão do plano de classificação do ArPDF, impedem que o pesquisador possa compreender as informações básicas relativas à criação dos documentos. A replicação de “soluções paliativas”, feita para amenizar o problema das massas fotográficas acumuladas, em nada contribui para o aprimoramento da gestão documental; pelo contrário, a repetição de medidas que seriam emergenciais e eventuais acaba por generalizar práticas equivocadas, levando à constituição de modelos técnicos inadequados. O ponto central, que seria reverter a perda dos dados arquivísticos de contexto e organicidade, permanece intocado, posto que não se trabalha no sentido de buscar proceder à classificação documental no momento de geração do registro, porém a *posteriori*.

A constatação do baixo nível de consistência da classificação atribuída às fotografias do ArPDF é ainda mais preocupante quando se percebe que o plano de classificação oriundo da Resolução nº 14/2001 do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) (ARQUIVO NACIONAL, 2001) está baseado em uma lógica muito similar, que mistura, sem padronização, estruturas, assuntos, espécies documentais e outros elementos. O plano de classificação do Conarq é de aplicação obrigatória aos arquivos de todos os órgãos pertencentes ao Sistema Nacional de Arquivos, composto pelos órgãos da administração direta e indireta do Executivo Nacional, e optativa aos órgãos do Legislativo e do Judiciário. O modelo é implantado do centro do sistema para suas extremidades, independentemente das particularidades que possa haver em cada diferente órgão ou setor. Mesmo que o instrumento fosse embasado em estudo das estruturas e processos dos órgãos, para mapear com precisão as atividades-meio comuns a todos, é muito improvável que houvesse os mesmos tipos de documentos em todas as instituições.

Tais observações sobre a falta de eficiência na aplicação de planos de classificação similares ao Conarq no universo dos documentos fotográficos são iniciais e necessitam de aprofundamento em pesquisas futuras. Mesmo assim, a partir do que foi observado no ArPDF é possível constatar severas limitações do modelo por assuntos quanto à manutenção dos dados contextuais arquivísticos. Os documentos fotográficos estão cada vez mais presentes nos resultados de atividades-meio e continuam sendo imprecisamente classificados com instrumentos similares ao do Conarq, pelos motivos já expostos. Como alternativa, sugere-se a elaboração de modelos de classificação que possam, de fato, representar a organicidade e as funções arquivísticas, desde o momento da criação documental, devendo funcionar como uma salvaguarda para a manutenção de tais dados nos processos de transferência e/ou recolhimento¹¹. A organicidade pode ser preservada pela representação hierárquica e sistematizada da organização, com suas correspondentes funções. O contexto administrativo de produção dos documentos é essencial para propiciar aos consulentes a compreensão sobre os motivos que levaram à criação do documento - impossível de serem percebidos somente através do conteúdo, principalmente quando se trata de documentos fotográficos -, bem como para evitar a atribuição inadequada de prazos de guarda e destinação final, resultantes da identificação equivocada dos documentos.

REFERÊNCIAS

¹¹ Uma alternativa é a construção de bancos de imagens que disponibilizem dados relativos ao contexto de produção arquivístico, juntamente com dados de conteúdo informacional visual. O projeto DigifotoWeb pode auxiliar um arquivo a diminuir o risco de descontextualização arquivística dos documentos fotográficos, evitando a separação lógica de sua função administrativa original (DIGIFOTOWEB, 2009).

BRASIL. Arquivo Nacional. **Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo**; relativos às atividades-meio da administração pública. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

_____. Resolução nº 14, de 24 de outubro de 2001. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, ed. 28, 8 fev. 2002, p. 2, seção 1.

DISTRITO FEDERAL. Arquivo Público do Distrito Federal. Fundo Novacap - Documentação Fotográfica: Quadro de Arranjo. In: **Projeto de organização do Fundo Novacap**: Relatório Final. Brasília: ArPDF, 1992.

_____. **Guia**. 7. ed. Brasília: ArPDF, 2009.

BRASIL. **Lei nº 8.159**, de 8 de janeiro de 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm. Acesso em: 19 jun. 2011.

DIGIFOTOWEB. O projeto. In: **Digifotoweb**: repositório digital de materiais fotográficos de arquivo. Brasília, 2009. Disponível em: http://digifotoweb.blogspot.com/p/o-projeto_17.html. Acesso em: 10 dez. 2010.

LACERDA, Aline. **A fotografia nos arquivos**: a produção de documentos fotográficos da Fundação Rockefeller durante o combate à Febre Amarela no Brasil. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-11092008-145559/pt-br.php>. Acesso em: 13 ago. 2012.

LOPEZ, André P. A. Contextualización archivística de documentos fotográficos. **Alexandria**: revista de Ciencias de la Información, Lima, v. 5, p. 3-16, 2011.

_____. Identificação de tipologias documentais em acervos de trabalhadores. In: MARQUES, Antonio J.; STAMPA, Inez T. (Org.). **Arquivos do mundo dos trabalhadores**: coletânea do 2º Seminário Internacional. São Paulo; Rio de Janeiro: CUT; Arquivo Nacional, 2012, p. 15-31.

_____. Photographic document as image archival document. In: TEHNIČNI in vsebinski problemi klasičnega in elektronskega arhiviranja: zbornik referatov dopolnilnega izobraževanja s področij arhivistike, dokumentalistike in informatike. Maribor: Pokrajinski Arhiv Maribor, 2009. p. 362-272. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/bitstream/10760/12846/6/A%20LOPEZ%20Maribor%202009.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2012.

_____. **As razões e os sentidos**: finalidades da produção documental e interpretação de conteúdos na organização arquivística de documentos imagéticos. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.

PANOFSKY, Erwin. **Significado nas artes visuais**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1991.

SCELLENBERG, Theodore R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SOUSA, Renato T. B. Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. In: RODRIGUES, Georgete M.; LOPES, Ilza L. (Org.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2003.

Artigo recebido em 07/08/2013 e aceito para publicação em 29/11/2013
